

3.

Vulnerabilidades: delimitando o conceito

Nossa intenção é revisar a bibliografia existente acerca do conceito de vulnerabilidade, assim como apresentar novas configurações deste termo aplicadas à pesquisa especificamente. A busca por particularidades da condição de vulnerabilidade fez-se necessária a partir da observação das notícias coletadas no jornal O GLOBO.

As publicações da Unesco sobre juventude e vulnerabilidade foram o aporte teórico inicial para a compreensão do conceito. Essa escolha se justifica pela atenção que essa organização dedica aos problemas da violência, da vulnerabilidade e cidadania no âmbito da juventude. Além de publicar bianualmente Relatórios de Desenvolvimento Juvenil e Mapas da Violência, pesquisadores da Unesco apresentam, com frequência, estudos, balanços e debates buscando alternativas que possam subsidiar políticas sociais voltadas para esse grupo etário.

Como já mencionado, durante os meses de maio de 2008 a janeiro de 2009 foram coletadas no jornal O GLOBO variadas notícias tendo como destaque o tema da vulnerabilidade, violência e óbito no contexto da juventude. A reunião dessas notícias teve como objetivo perceber como a realidade conhecida e disseminada através de dados e estatísticas⁴ se concretiza através do discurso jornalístico e ganha representação no campo social com apoio dos meios de comunicação. O resultado dessa coleta foi a reunião de aproximadamente 230 notícias protagonizadas por jovens em conjunturas de violência e risco de naturezas diversas. Analisando o material, a percepção primeira foi de que apesar das notícias trazerem o mesmo conteúdo e evidenciarem a fragilidade e o desamparo desse grupo etário, as circunstâncias, o nível de suscetibilidade e possibilidades de proteção e propensão ao óbito são diversas. Embora todos os jovens noticiados estivessem vulneráveis a violência e ao óbito, eram perceptíveis diferenças de realidades e contextos, questionando assim a uniformidade aparente.

⁴ WASELFIZ, J.J - Relatório do Desenvolvimento Juvenil 2003. Brasília: UNESCO, 2004.
WASELFIZ, J.J – Mapa da violência IV: Os jovens do Brasil. Brasília: UNESCO, 2005.

O segundo passo foi, portanto buscar semelhanças na multiplicidade de notícias. Através de pesquisa bibliográfica buscou-se traçar a origem do termo vulnerabilidade, tentando compreender a trajetória de um conceito que foi se expandindo e ganhando amplitude e sentido em contextos de usos diversos, para finalmente identificarmos as características específicas de seu uso no âmbito dos discursos sobre violência e juventude, permitindo uma caracterização mais fundamentada e precisa neste contexto que nos interessa particularmente.

3.1 Origem e desdobramentos do termo vulnerabilidade

Originário do movimento de Direitos Humanos, o termo vulnerabilidade difundiu-se na década de 80 no campo da saúde pública ao tratar da epidemia da Aids. As características dessa epidemia, a maneira como ela foi atingindo grupos – de diversas formas e em diferentes países – fez com que se articulasse a incidência do vírus com o contexto sócio-econômico, buscando esclarecer quais grupos sociais e indivíduos poderiam estar mais ou menos vulneráveis a vitimização pela epidemia. A partir dessa articulação os termos *riscos* e *população de risco* foram, gradativamente, substituídos pelo termo vulnerabilidade. Em “*Capacitação Solidária: Um olhar sobre a juventude e sua vulnerabilidade social*”, Adorno (2001) explica:

É preciso destacar que a noção de vulnerabilidade originada no âmbito das discussões sobre a epidemia de AIDS buscou incorporar a idéia do direito que todas as pessoas deveriam ter de alterar suas condições de vida para tornarem-se menos vulneráveis e, assim, promover a igualdade para todos (p.11).

Em consequência de tal abordagem, a prevenção da doença era entendida como resultado de informação e vontade pessoal, dependendo, portanto, da mudança de comportamento realizada voluntariamente pelo indivíduo. No entanto, pesquisadores⁵ do termo vêm propondo ampliar o campo das reflexões para além do comportamento individual, compreendendo-o a partir da interação de múltiplos fatores sociais, econômicos, políticos e culturais, concebendo assim que as condições e possibilidades de proteção não se reduzem à simples vontade individual, racionalizada e consciente.

⁵ Ayres, 1996; Paiva, 1996; Ayres, Calazans e França Junior, 1998

Trata-se, deste modo de um esforço para compreender a complexidade da doença e dos recursos necessários para sua prevenção. A argumentação de Paulilo e Jeolás (2000) é de que se biologicamente qualquer indivíduo está sujeito a contrair o vírus, no âmbito sócio-econômico o risco é variável. Vulnerabilidade não é condição intrínseca e incontestável, de outro modo refere-se a situações e contextos sociais e individuais articulados.

Vale ressaltar, portanto que a construção do conceito é resultado da confluência das áreas de saúde pública e das ciências humanas preocupadas com as múltiplas dimensões da epidemia, suas conseqüências e impacto social (Paulilo e Jeolás, 2000, p.40). Adorno (2001) elucida o conceito relacionando-o a rede de oportunidades disponíveis e as efetivas possibilidades de acesso por parte da população.

O termo vulnerabilidade carrega em si a idéia de procurar compreender primeiramente todo um conjunto de elementos que caracterizam as condições de vida e as possibilidades de uma pessoa ou de um grupo – a rede de serviços disponíveis, como escolas e unidades de saúde, os programas de cultura, lazer e de formação profissional, ou seja, as ações do Estado que promovem justiça e cidadania entre eles – e avaliar em que medida essas pessoas têm acesso a tudo isso. Ele representa, portanto, não apenas uma nova forma de expressar um velho problema, mas principalmente uma busca para acabar com velhos preconceitos e permitir a construção de uma nova mentalidade, uma nova maneira de perceber e tratar os grupos sociais e avaliar suas condições de vida, de proteção social e de segurança. É uma busca por mudança no modo de encarar as populações-alvo dos programas sociais (Adorno, 2001, p.12).

Nessa definição o autor contempla a pluralidade de realidades sociais e a sua relação com a situação de vulnerabilidade. Percebe-se pela explanação do autor que vulnerabilidade é termo que pede recorrência a diferentes planos, não podendo ser compreendido negligenciando especificidades.

É também sob a argumentação da pluralidade que Ana Sant’Anna (2005) no artigo “*Homicídios no Sul do Brasil: situações de vulnerabilidade segundo seus familiares*” propõe a divisão de três tipos interligados de componentes do conceito de vulnerabilidade: o individual, o social e o institucional. O trabalho tem como propósito avaliar as suscetibilidades dos jovens ao homicídio e a categorização do termo auxilia na compreensão das situações que os tornaram mais vulneráveis ao homicídio. A autora explica que o componente **individual**

refere-se aos comportamentos e às práticas adotadas pelos adolescentes⁶; o **social** relaciona-se à estrutura da sociedade; e o **programático** ou **institucional** está associado à capacidade de resposta das instituições públicas às necessidades desses sujeitos.⁷

Assim, vulnerabilidade pretende expressar a síntese de situações que suscetibiliza as pessoas aos agravos, os potenciais de adoecimento e não-adoecimento relacionados a indivíduos e a grupos que vivem determinado conjunto de situações (p.121).

A divisão em categorias, de fato ajuda a melhor operacionalizar o conceito, perceber particularidades e conjunturas. Nesse sentido, percebemos que a vulnerabilidade não é uma essência ou algo inerente a algumas pessoas ou grupos, mas diz respeito a determinadas condições e circunstâncias, que podem ser minimizadas ou revertidas.

Segunda a autora, os óbitos juvenis fazem parte de uma problemática mais ampla, que diz respeito ao crescimento da violência e suas expressões em diversos contextos e sociedade. De tal modo, a divisão proposta por Ana Sant'Anna (2005) foi adotada na categorização das notícias coletadas no jornal O GLOBO e orientou o nosso olhar para as causas específicas de cada situação noticiada.

Nos debates sobre vulnerabilidades contemporâneas e juventudes, é comum ressaltar-se a exposição a diversos tipos de violências (Abramovay et al 2002 e Waiselfisz, 2004) considerando em particular a alta incidência de morte por causas externas (óbitos por violência conjunta decorrentes de homicídios, suicídios, agressões e acidentes de trânsito) entre jovens. Diversos levantamentos já mostraram que, no Brasil, as taxas de mortalidade mais elevadas por causas externas estão no grupo entre 15 e 24 anos.

‘É um genocídio nessa faixa etária’
Caxias, Itaboraí, Cabo Frio e Rio terão 4.402 jovens mortos antes dos 19

O Globo/O País – 22/07/09

⁶ Alguns autores utilizam de forma indiferenciada os termos ‘adolescência’ e ‘juventude’. Nessa pesquisa optou-se por utilizar ‘juventude’ para abarcar jovens de 15 a 24 anos.

⁷ Estas três categorias de vulnerabilidade, apresentadas por Ana Sant'Anna (2005), serão tomadas nesta pesquisa como referências na categorização do material jornalístico que servirá de base para a pesquisa de campo com os jovens de diferentes segmentos sociais.

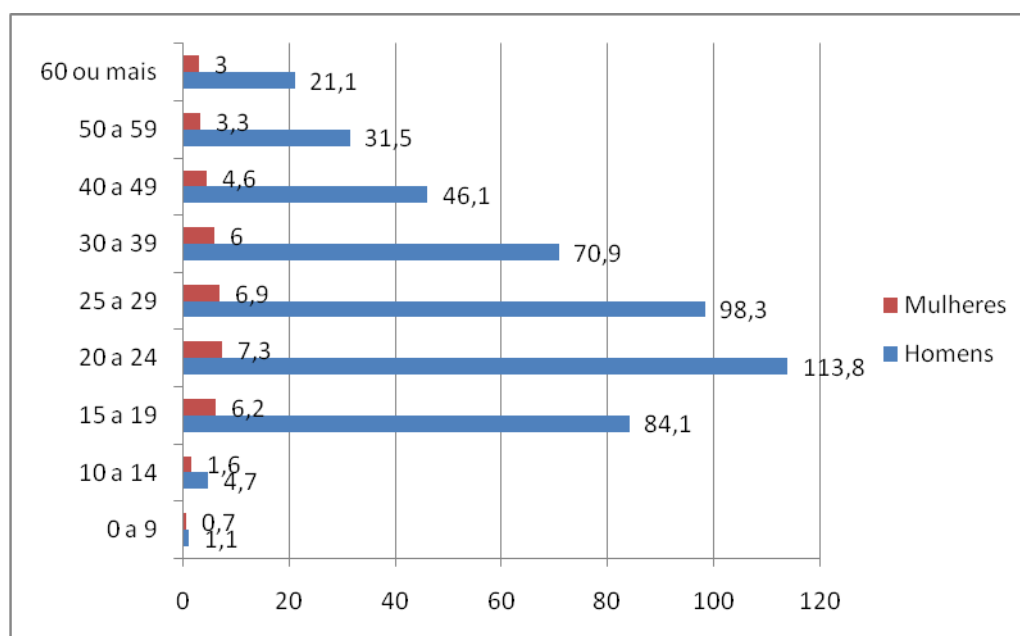
Luiz Eduardo Soares (2004) afirma que um verdadeiro genocídio está em curso no país. No artigo “*Juventude e violência no Brasil contemporâneo*” o autor destaca que a vitimização letal protagonizada pela violência urbana alcançou um ponto tão grave que já é possível perceber um déficit de jovens do sexo masculino na estrutura demográfica brasileira. “Um déficit que só se verifica nas sociedades que estão em guerra” (p.130). Lamentavelmente não há exagero na afirmação. Os índices de letalidade juvenil em cidades como Recife, Rio de Janeiro, Vitória e Maceió comprovam. Com base em dados do Ministério da Saúde e do IBGE, o Laboratório de Análise da Violência (LAV – Uerj) divulgou um estudo recente que estima que 33.504 jovens entre 12 e 18 anos serão vítimas de assassinatos entre 2006 e 2012, caso as taxas de homicídios de 2006 permaneçam inalteradas. A pesquisa analisou informações de 267 municípios com mais de 100 mil habitantes. A cidade do Rio respondeu pelo maior número absoluto: 3.423 – 10% do total – morreriam até 2012.



O Globo/O País – 22/07/09

A confluência de informações dos estudos e estatísticas não deixa dúvidas de que a população mais vulnerável a violências externas – representadas, sobretudo pelos homicídios – tem idade, sexo, cor e territorialidades bem definidos. O primeiro gráfico demonstra a discrepância de homicídios entre homens e mulheres e destaca a faixa etária em que os óbitos se agravam: entre 20 e 24 anos a vitimização por homicídio chega a 113,8 jovens mortos por 100 mil habitantes e esse número só atinge um decréscimo significativo a partir dos 50 anos, ainda assim se não forem levados em consideração os números do sexo feminino.

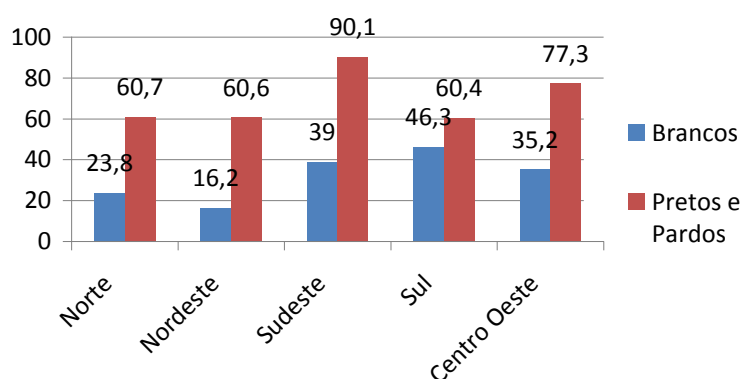
Homicídios segundo sexo e idade da vítima na cidade do Rio de Janeiro, 2006 – taxa por 100 mil habitantes.



Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM

Quando os números são analisados tendo como referência a cor ou raça a disparidade permanece crônica. Em algumas regiões do país o número de óbitos de jovens negros é o triplo de jovens brancos, como mostra o gráfico 2.

Homicídios segundo cor e raça da população masculina de 18 a 24 anos de idade por regiões geográficas, 2005 – taxa por 100 mil habitantes.



Fonte: Laeser – Fichário das Desigualdades Raciais

Em seu “Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil; 2007 – 2008” o Laboratório de Análise Estatísticas Econômicas Sociais das Relações Raciais (Laeser – UFRJ)⁸ destacou que entre 1999 e 2005 foram cometidos 3,33 homicídios de pessoas de cor ou raça preta&parda⁹ por hora. Entre os brancos a média foi 2,29 pessoas por hora. Quando avaliado levando em consideração a relação com a territorialidade, dados da pesquisa apontam que na faixa de 18 a 24 anos, a maior diferença entre as taxas dos grupos de cor ou raça aconteceu no Nordeste, onde a dos pretos&pardos foi 273,8% superior a dos brancos.

Em reportagem recente, o jornal O GLOBO divulgou o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJV). Diz a reportagem que se trata de um indicador inédito que leva em consideração a taxa de homicídios, as mortes por acidentes de trânsito, os indicadores de pobreza e desigualdade de 266 municípios (com mais de 100 mil habitantes) na faixa entre 12 e 29 anos. Este índice (IVJV) foi desenvolvido pelo Ministério da Justiça em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Assim, como os estudos da Laeser-UFRJ, este mais recente levantamento aponta as regiões norte e nordeste como as mais vulneráveis para a juventude, sendo Maceió a capital mais violenta do Brasil.



O Globo/O País – 22/11/09

A mortalidade por homicídios entre jovens reflete um dos sintomas do quadro social brasileiro, que vulnerabiliza esse grupo populacional, expondo-os a situações que determinam sua morte de forma precoce e violenta.

Embora a taxa de mortalidade não seja o único dado que evidencia a posição vulnerável em que a juventude contemporânea se encontra, em virtude da presente pesquisa focalizar-se em parte na violência e no óbito juvenil, este é um dado privilegiado ao olhar a questão. Entretanto, essa discussão teórica tem como objetivo, vislumbrar outras possibilidades e compreensões do que chamamos *vulnerabilidade e risco*, além dos padrões de mortalidade.

⁸ <http://www.laeser.ie.ufrj.br/> acessado em 8 de outubro de 2009.

⁹ Para o Laeser-UFRJ os termos negros ou afro-descendentes designam igualmente os que nas pesquisas demográficas oficiais declaram ter cor ou raça preta ou ter a cor ou raça parda.

Em seu “*Relatório sobre o desenvolvimento Juvenil*” (2003) a Unesco afirma que o expressivo contingente de jovens existente no conjunto geral da população, somado ao aumento da violência e da pobreza e ao declínio das oportunidades de trabalho, estão deixando a juventude latino-americana sem perspectivas de futuro, sobretudo o segmento de jovens que está sendo vítima de situações sociais precárias e aquém das necessidades mínimas para garantir uma participação ativa no processo de conquista da cidadania.

Cada vez mais as políticas nacionais de juventude em distintos países da América Latina combinariam o enfoque que tem os jovens como vulneráveis, considerando, por exemplo, sua alta representação entre os desempregados, o risco de envolvimento com crimes e transgressões e suas mais altas taxas de fecundidade (Castro e Abramovay, 2005, p.55).

No artigo “*Homicídios, risco e vulnerabilidade: para uma discussão da dinâmica da vitimização por homicídios*” presente no livro *Homicídios no Brasil*, Maria Fernanda Tavares Peres (2007) comenta que o conceito de vulnerabilidade

traz uma nova forma de pensar a chance do adoecimento: não mais como uma probabilidade não-aleatória, mas como resultante de um conjunto de aspectos *individuais, coletivos e contextuais* que acarretam maior susceptibilidade ao agravo e interferem na disponibilidade de recursos de proteção. Isso não significa abrir mão das análises de risco, e sim considerar o risco sob o pano de fundo de seus significados sociais concretos (Peres, 2007, p.137).

A autora propõe refletir sobre o risco a partir de um contexto social que o evoca e constitui. Resultado da reunião de idéias e discussões apresentadas no primeiro Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira (JUBRA), o livro “*Juventude Contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais*” (2004), organizado por Lucia Rabello de Castro e Jane Corrêa, discute a compreensão dos conceitos de *vulnerabilidade e riscos sociais*. Para discutir juventude contemporânea e a condição de vulnerabilidade em que ela se encontra é imperioso contextualizar o mundo em que essa realidade se dá. Castro e Corrêa (2004) expõem o desafio dos jovens em estabelecer projetos de futuros em “um mundo que cria formas de fragmentação, de dispersão, de consumo desenfreado e de busca de alternativas rápidas e descartáveis de prazer”.

No caso dos jovens pobres, suas escolhas de auto-realização são feitas em condições de severa limitação, sendo a construção de um projeto de futuro restrita ainda mais pelo acesso diferenciado às formas de sua realização material (p.230).

As autoras continuam advertindo que os efeitos dessa exclusão produzida na contemporaneidade engendram uma cultura de violência e medo que antes estava contida nas comunidades e agora se encontra propagada em toda sociedade. Em consonância com esse pensamento, o estudo da Unesco *“Juventude, Violência e Vulnerabilidade na América Latina: Desafios para Políticas Públicas”* (2002) observa que devido à generalização do fenômeno da violência não existem mais grupos sociais protegidos. Assim, a violência não se restringe mais a determinados nichos sociais, raciais, econômicos e/ou geográficos. De tal modo, embora de forma diferenciada, o cotidiano dos jovens das classes mais prósperas, passam a figurar nos noticiários, ora como vítimas, ora como autores de atos de vandalismo e crimes.

É fundamental, portanto, conhecer não apenas o perfil de vitimização por homicídios, mas também sua dinâmica. Buscando compreender como se estruturam as situações de vulnerabilidade. Cano e Ribeiro (2007) destacam que o homicídio não é um fenômeno unívoco.

Os homicídios respondem a etiologias diferentes, que vão desde brigas e crimes passionais até eventos relacionados à disputa por terras, passando por latrocínios ou conflitos entre membros do crime organizado. Podem ainda ser fruto de pistoleiros, traficantes ou grupos de extermínio (p.52).

Os autores reforçam o argumento da complexidade do cenário a partir da constatação da inexistência de uma classificação consensual sobre os tipos de homicídios existentes. “Cada corporação policial ou cada grupo de pesquisa usa a sua própria classificação em função dos seus objetivos.”

Os diferentes estudos realizados na última década sustentam que a violência sofrida e praticada pelos jovens possui fortes vínculos com a condição de *vulnerabilidade social* em que se encontram. Nesses estudos, o conceito de vulnerabilidade social é citado como o resultado negativo da relação entre disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade.

Sem dúvida, o acesso deficitário a serviços básicos tais como esgoto, coleta de lixo, postos de saúde, escolas e creches contribuem para a degradação e precariedade das condições de vida. É público também que essas carências são comuns a comunidades pobres: bairros de periferias e favelas urbanas. Entretanto, embora significativo, esses fatores expressam apenas uma forma de *vulnerabilidade e risco*, que tem prioritariamente os jovens de comunidades socioeconômicas menos favorecidas como vítimas potenciais. Contudo, esses conceitos mostram-se mais amplos e complexos à medida que estudamos suas diversas formas de expressão e sua presença em diferentes grupos sociais e étnicos.

3.2 Vulnerabilidades: social, institucional e individual

3.2.1 Vulnerabilidade social

Os primeiros trabalhos ancorados na perspectiva da vulnerabilidade social foram desenvolvidos, motivados pela preocupação de abordar de forma mais integral e completa não somente o fenômeno da pobreza, mas também as diversas modalidades de desvantagens social. Assim, essa categoria de vulnerabilidade diz respeito à própria estrutura da sociedade, de direitos e acessos desiguais.

Adorno (2001) explica:

Mais usualmente utilizada em nossos dias pelos movimentos sociais e de direitos humanos, a expressão *vulnerabilidade social* sintetiza a idéia de uma maior exposição e sensibilidade de um indivíduo ou de um grupo aos problemas enfrentados na sociedade e reflete uma nova maneira de olhar e de entender os comportamentos de pessoas e grupos específicos e sua relação e dificuldades de acesso a serviços sociais como saúde, escola e justiça. (Adorno, p.11)

A notícia “Boletim da violência” exemplifica o estado de vulnerabilidade social a que estão submetidos moradores de comunidades violentas do Rio de Janeiro. A reportagem informa que das dez escolas de pior desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) na rede municipal de ensino do Rio, nove estão localizadas em áreas violentas da cidade. Essa notícia exemplifica uma das facetas dessa categoria de vulnerabilidade.



O Globo/Rio 3 – 22/09/08

Vignoli (2001) comenta que a condição de vulnerabilidade social constitui-se a partir da interação de diferentes componentes – tais como posse e controle de recursos materiais e estruturas de oportunidades providas da sociedade e do Estado – e refere-se à situação em que o conjunto de características, recursos e habilidades inerentes a um grupo social se revelam insuficientes, inadequados ou difíceis para lidar com o sistema de oportunidades oferecido pela sociedade, de forma a ascender a maiores níveis de bem-estar ou diminuir probabilidades de deterioração das condições de vida de determinados atores sociais (In Abramovay, 2002, p.30).

É grande o reconhecimento, entre pesquisadores e autoridades governamentais, de que os jovens constituem hoje uma parcela da população particularmente vulnerável aos problemas sociais e econômicos no país. Na América Latina, indicadores como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) evidenciam que a juventude ainda está sujeita a sérias limitações, relacionadas a direitos básicos como o acesso ao conhecimento disponível e adequado às modernas necessidades sociais, ou um direito de uma vida longa e saudável, muitos dos quais percebidos nos déficits educacionais, nas formas e inserção no mercado de trabalho e nos padrões de mortalidade¹⁰.

Abramovay (2002) observa que a violência, tendo os jovens como vítimas ou agentes, está intimamente ligada a condição de vulnerabilidade destes indivíduos.

Atualmente, esses atores sofrem um risco de exclusão social sem precedentes devido a um conjunto de desequilíbrios provenientes do mercado, Estado e sociedade que tendem a concentrar a pobreza entre os membros desse grupo e distanciá-los do “curso central” do sistema social (2002, p.33).

¹⁰ WAISELFIZ, J.J - Relatório do Desenvolvimento Juvenil 2003. Brasília: UNESCO, 2004.

Assim, o conceito de vulnerabilidade social se articula com a percepção de que o local de moradia e as condições de vida da família podem ser fatores de dificuldade, de obstáculo na realização dos projetos pessoais do jovem, ao mesmo tempo em que favorecem estilos de vida e de integração social que podem adicionar riscos à sua trajetória.

3.2.2 Vulnerabilidade institucional

Semelhante a definição dada pela Unesco, vulnerabilidade institucional diz respeito às limitações e incapacidade do Estado fornecer igualitariamente insumos fundamentais para o desenvolvimento dos recursos materiais e simbólicos. No entanto, esse conceito vai além ao reconhecer na omissão do poder público um fator agravante de riscos e vulnerabilidades, quando não é o próprio causador.

A matéria de capa “Decretada prisão de militares” ilustra claramente a subversão do papel da segurança pública. Diz a reportagem:

“Os militares ocuparam o Morro da Providência em dezembro de 2007 com o objetivo de acompanhar as obras de reforma de 780 casas, conforme projeto apresentado pelo senador Marcelo Crivella. Apesar dos oficiais terem dito que a missão era apenas social, não faltaram críticas as ações da corporação, assim como denúncias de conluio entre militares e traficantes.”

Na madrugada do dia 16 de julho de 2008 a Justiça decretou a prisão temporária de 11 militares do Exército acusados de homicídio de três jovens detidos dias antes no Morro da Providência. Os militares foram acusados de terem vendido os rapazes a traficantes do Morro da Mineira que é comandado por uma facção rival. Os corpos dos jovens foram encontrados no domingo em um aterro sanitário.

No caso relatado no jornal, o Estado – representado pelo Exército – não só falha no dever de assegurar a segurança à comunidade como agencia uma barbárie que, naturalmente, deveria combater.



Gilberto Velho (2002) lembra que o poder público é responsável por iniquidades geradoras de violência, pela sua inoperância em atender às necessidades básicas de uma população cada vez mais pobre. E, cada vez mais, além de falhar em seu papel de oferecer segurança a toda população, freqüentemente o Estado tem sido promotor de violências sem precedentes. Diferentes autores ressaltam que “o crescimento do crime e da violência resulta não apenas da pobreza e da desigualdade social. Resulta também da incerteza política e dos conflitos institucionais” (Mesquita e Neto et al, 2001, p.34).

Nos jornais, um exemplo dessas iniquidades citadas pelo autor são as notícias que trazem a associação da polícia com o crime organizado e a expansão da atuação de milícias – grupos constituídos por polícias militares, ex-políciais e políticos – em comunidades antes agenciadas pelo tráfico de drogas. Nesses casos, as milícias chegam às favelas com o marketing da moralidade, prometendo combater o tráfico, aproveitando a lacuna deixada pelo Estado. A esse respeito, em artigo no *Jornal do Brasil*, o sociólogo Ignácio Cano (2002) comenta que o “Estado precisa ocupar o espaço que historicamente deixou vazio, permitindo que outros tomassem o seu lugar. O Estado precisa entrar na favela com algo mais que armas de fogo”.

Deputado do PT denunciado por chefiar milícia em favela

Entre dez acusados, Babu é o único beneficiado pela imunidade parlamentar

● O Ministério Público denunciou à Justiça o deputado e policial civil licenciado Jorge Luiz Hauat, o Jorge Babu, o primeiro petista acusado de chefiar uma milícia. Com ele, mais dez foram processados, entre os quais um tenente-co-

ronel da PM. Babu não teve pedida a prisão porque só pode ser detido em flagrante. A sexta reportagem da série Favela S/A revela um total de 180 políticos que transformaram favelas do Rio em currais eleitorais. Entre eles, pelo menos dois — o vereador Jorge Pereira (PTdoB) e sua mu-

lher, a deputada estadual Graça Pereira (DEM) — fazem assistencialismo com recursos da prefeitura. A polícia apresentou Leandrino Quebra-Ossos, acusado de ser um dos matadores da quadrilha que seria chefiada pelo deputado Natalino, já preso. **Páginas 17 a 19**

O Globo/Capa – 29/08/08

A notícia “Deputado do PT denunciado por chefiar milícia em favela”, trata da denúncia do Ministério Público à Justiça do deputado Jorge Babu. A

reportagem informa que o deputado e ex-inspetor policial é suspeito de venda criminosa de serviços clandestinos tais como vans, fornecimento de gás e “gatos” de luz e TV a cabo, além de opressão de votos.

Peralva (2002, p.91) comenta que “a ineficiência das instituições responsáveis pela ordem pública não só abriu oportunidade para o desenvolvimento do crime, mas favoreceu também a privatização da segurança”. A autora destaca duas principais formas de manifestação do fenômeno: forças profissionais privadas, que agem freqüentemente à margem da lei, e o desenvolvimento da justiça ilegal no âmbito da própria sociedade civil.

A privatização da segurança coloca em cena um dado ainda mais perverso: o da culpabilização da vítima. Peres (2007) diz que “a crescente mortalidade por homicídios e o alastramento dos casos para além das periferias urbanas deram ensejo a um discurso que transfere aos indivíduos a responsabilidade por sua segurança”. Diante da ineficiência dos aparatos de segurança pública e a ausência do Estado, lança-se a idéia de que “cada um de nós deve fazer sua parte para se proteger”. É evidente que prudência e cautela sempre foram aconselhadas, sobretudo no ir e vir das grandes metrópoles, entretanto o que essa máxima esconde é a declaração da máquina pública da sua incapacidade de combater a violência e promover ainda que, a passos lentos, a instauração de uma cultura de paz e segurança.

Outro produto sombrio da violência urbana é o endurecimento da atuação das instituições de segurança pública. Ocorre que diante do caos e do medo o desempenho da polícia é comprometido. Em artigo publicado no jornal O GLOBO, Cano (2007) responsabiliza o Estado pelo aumento da insegurança. O autor critica, sobretudo, a maneira que os responsáveis pela segurança pública do Rio de Janeiro “escolheram” para enfrentar a questão da violência. Comparando a atitude a sintomas de um transtorno bipolar o autor argumenta:

“A magnitude do descaso perante os dramas cotidianos – uma elevada taxa de homicídios, um quinto da população vivendo sob coerção armada de grupos irregulares, numerosas mortes, inclusive de inocentes, em intervenções policiais – só encontra paralelo na intensidade da mobilização dedicada a alguns episódios de grande repercussão” (Cano, 2007, p.7).

Nesses casos, a passividade dá lugar à efervescência e reabrem-se velhas questões da área de segurança pública. A mais comum, ressalta o autor, é a do mito de que o problema é basicamente a leniência da legislação. Nessa linha de raciocínio o endurecimento penal resolveria o problema. Entretanto o autor adverte que o Brasil é o país onde o número de pessoas mortas pela polícia é provavelmente o mais alto do mundo. Em artigo que aborda a questão dos direitos humanos o autor revela que “os dados mostram que a polícia do Rio chegou a matar, durante vários anos, em média, uma pessoa por dia.” (Cano, 2001, p.117) Nesse sentido, a própria reação do poder público, no seu empenho em “derrotar o inimigo”, tem contribuído para o incremento da insegurança.



O Globo/ Rio – 09/07/08

A notícia “Polícia do Rio mata mais que o crime em SP” mostra em números o nível de despreparo e truculência da polícia carioca. Segundo a reportagem, desde 2007 o número de pessoas mortas por policiais em supostos confrontos – classificados como autos de resistência – segue em escala ascendente. “Em 2007, a polícia na capital carioca matou proporcionalmente mais gente que os criminosos e policiais na capital do estado de São Paulo.”

Se é natural que as vítimas diretas da violência apresentem uma reação emocional, é grave que o Estado aja como se dele se esperasse uma resposta quase instintiva, fadada a cair na precipitação, casuísmo ou na vingança. (Cano, 2007, p.7)

A violência impõe ainda um alto custo em termos socioculturais e políticos: espalha o medo, alterando os hábitos das pessoas que dela tentam se proteger, e estimula atitudes irracionais e agressivas na tentativa de estancá-la. Assim a violência possui a propriedade perversa de perpetuar-se, pois tende a provocar reações igualmente violentas que realimentam o círculo vicioso. (Cano & Ribeiro, 2007, p.51)

Isso posto, podemos afirmar que a vulnerabilidade institucional vai além da incapacidade do Estado em cumprir sua função básica de garantir segurança e bem-estar, esse aspecto da vulnerabilidade mostra que, em diversos casos, o poder público é promotor da violência que deveria combater. Segundo Muniz Sodré (2006) essa violência infligida é freqüentemente ignorada: a violência do poder instituído, a violência dos órgãos burocráticos, a violência do Estado, a violência do serviço público, que é a violência invisível, a violência institucional ou estado de violência.

É uma condição contínua, uma condição estrutural irremediável, de violência, que deriva de um efeito de inércia que é ao mesmo tempo social e psicológico sobre os indivíduos e é imposto por uma ordem cosmopolita, que é a ordem do Estado, com seus aparatos e suas articulações políticas (Sodré, 2006, p.35).

3.2.3 Vulnerabilidade individual

Os jovens, por suas características biológicas e psíquicas, necessitam identificar-se com um mundo que lhes ofereça suporte emocional para enfrentarem e desfrutarem essa fase da vida, repleta de inseguranças e conflitos internos. Essas características, aliadas à falta de perspectivas originadas pelas discrepâncias socioeconômicas e culturais, são fatores precipitantes da exacerbação de comportamentos violentos e condutas de risco, desencadeantes dos homicídios, inscritos na vulnerabilidade individual (Sant`Anna, 2005, p.22).

Para Lipovetsky (2004), modos de vida irresponsáveis, comportamentos compulsivos, excessos de toda ordem, violência gratuita e toxicomanias são frutos nocivos da hipermodernidade. Ainda segundo o autor, o hedonismo individual fomentado pela lógica individualista e a cultura do consumo comum ao nosso tempo favorecem um relativismo desenfreado de valores, permitindo o livre curso de toda sorte de elucubrações e de ações possíveis. Os jovens formam um grupo especialmente atingido por essa lógica reinante. É comum em seus discursos e ações a exteriorização dos sentimentos de urgência, angústia, ousadia associada à revolta, desassossego e não pertencimento. A busca pelo risco surge como meio de despressurização dessas sensações.

Em “*O Vestígio e a Aura*”, Jurandir Freire Costa (2005) afirma que dois fenômenos sociais captaram a atenção da vida urbana brasileira, na última década: o culto ao corpo e a violência. “O primeiro é, sobretudo, uma preocupação dos grupos economicamente privilegiados; o segundo uma preocupação de todos”. Entretanto, para o autor, ambos os fenômenos dizem respeito à ascensão da lógica individualista e a re-hierarquização dos valores morais.

No vandalismo urbano, nada está a salvo do aviltamento e da depredação, porque nada ou ninguém é digno da reverência devida à autoridade, isto é, às pessoas e as instituições que corporificam o melhor de todos nós. Onde não há totem não há tabu. Se tudo é espetáculo, se tudo é entretenimento, por que a honra e a vida mereceriam consideração especial? (Costa, 2005, p.175).

Drogas e vandalismo em alto-mar

Comportamento de jovens durante cruzeiro choca tripulantes

O Globo/O País – 23/12/08

A notícia “Morte no navio: Isabella bebeu demais e foi asfixiada pelo próprio vômito”, trata da morte de uma menina de 20 anos que morreu em um cruzeiro universitário. O recorte traz ainda relatos de outros jovens que estavam no navio e o depoimento de um dos integrantes da tripulação. Brigas, vandalismo e bebedeira foram as palavras escolhidas pelo funcionário do navio para descrever o comportamento dos jovens no cruzeiro.

Alguns autores mencionam a perseguição ao risco como parte da moderna cultura da procura do desafio, mas também como forma do jovem encontrar sinais que atestem sua dignidade de existir (Spink, 2001). Deste modo, a possibilidade de morte é evidente e está implícita em todo comportamento de risco; no entanto, aparentemente não é isso que tal comportamento quer evocar. Nesse sentido, abuso de álcool, excessos de drogas ilegais, promiscuidade sexual, direção imprudente são, antes de tudo formas de reivindicação de um olhar sobre a realidade de vida do jovem, solicitando uma visibilidade para a falta de sentido dos projetos de vida.



O Globo/Megazine – 02/09/08

A reportagem “Desrespeito à Lei Seca” do caderno Megazine – suplemento direcionado para jovens do jornal O GLOBO – a pretexto da implementação da lei seca relembra o acidente fatal ocorrido em setembro de 2006 envolvendo cinco jovens. O motorista do veículo estava alcoolizado e colidiu com uma árvore na Lagoa a poucos metros da boate onde passaram a madrugada. A reportagem apresenta depoimentos de jovens sobre a nova lei. Em um dos depoimentos, um estudante exemplifica o sentimento de onipotência e irresponsabilidade que alguns autores apregoam como simbólico da juventude.

— Jovem se acha super-homem. No enterro do meu amigo, todos disseram que não dirigiriam mais depois de beber, mas ninguém cumpriu. E, mesmo depois da lei ainda saio e bebo.

Pais (2005) ressaltando esta mesma linha de raciocínio, diz que “o que conta, para alguns jovens nas condutas de risco, parece ser a possibilidade que têm de, numa fase de vida em que a maioria dos discursos dominantes lhes outorga um vazio de poder, se entregarem a atividades cuja visibilidade é incrementada pelos riscos (reais ou pressentidos) que lhes aparecem associados”. Não raro, no entanto, a busca desesperada pela dignidade de existir concretiza-se de forma trágica na aniquilação do próprio ser. O risco a que os jovens se submetem é uma expressão paradoxal de um querer viver.

Assim, trata-se, também, de compreender o sentido social do risco em suas dimensões objetivas e subjetivas, ou seja, o papel que as situações de risco e modo de enfrentá-las têm no processo de formação identitária. As situações de

vulnerabilidade surgem quando diante do risco, ocorre uma cisão no processo de formação identitária que pode resultar na adoção do risco como parte da identidade ou do processo de sua formação. (Peres, 2007, p.138)

Vulnerabilidade é, portanto, conceito que pede recorrência a diversas unidades de análise – indivíduos, domicílios e comunidades –, além de se recomendar que identifiquem cenários e contextos. Pede, portanto, olhares para múltiplos planos e, em particular, para estruturas sociais vulnerabilizantes ou condicionamentos de vulnerabilidades (Castro e Abramovay, 2005, p.55).

Cabe ressaltar que as categorias de vulnerabilidade estabelecidas e definidas na pesquisa têm como propósito auxiliar a compreensão da pluralidade do termo e especificar âmbitos e panoramas. Não há, entretanto, intenção ou mesmo interesse de ‘engessar’ a realidade pesquisada em divisões e conceitos que possam restringir o olhar para a questão. É evidente que embora seja possível perceber diferenças entre os contextos de violência e vulnerabilidade, fica claro também que essas realidades se perpassam e dialogam constantemente.